



ANÁLISE DA INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS PARA O AGRESTE ALAGOANO.

Lays Caiçara de Medeiros Balbino ¹
Ana Valéria Santos da Silva ²

RESUMO

O estudo realiza uma análise acerca das demandas que influenciaram a interiorização da Universidade Federal de Alagoas na região Agrestina do estado. Para isso considerou o contexto histórico da trajetória da educação em Alagoas, bem como foram ponderados alguns indicadores sociais da mesorregião do Agreste alagoano, realizando uma análise de conjuntura desta região no ano precedente à interiorização da UFAL, desvendando assim seus determinantes. Dentre eles, o projeto REUNI que propiciou sua efetivação através de incentivos financeiros, para tal elencava critérios de adequação a modelos de universidade econômica e de flexível.

Palavras-chave: EDUCAÇÃO SUPERIOR; INTERIORIZAÇÃO; REUNI; DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Alagoas, maior instituição de ensino superior do estado, criada em 25 de janeiro de 1961, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, reunindo as Faculdades de Direito (1933); Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957) após 45 anos, inaugura o primeiro campus fora de sede, o Campus Arapiraca, na data de 16 de setembro de 2006, na região agreste alagoana, idealizado através do Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e implementado por meio do Projeto de Interiorização da UFAL.

Tal fato traz questionamentos e estimula à verificação do contexto sócio-histórico e político que propiciou/demandou sua interiorização, bem como os determinantes para alocação do novo campus na região agreste de Alagoas.

Neste sentido, aqui será utilizada a perspectiva do método crítico-dialético, acerca dos indicadores que contribuíram para o processo de expansão desta universidade, bem como os fatores políticos, socioeconômicos e espaciais que tornaram possível esse feito.

Dessa forma, ao tempo em que realiza uma análise crítica, do ponto de vista teórico, acerca do projeto de expansão das Instituições de Ensino Superior - IES, num contexto precário

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Cultura - ProDic, pela Universidade Estadual de Alagoas - UNEAL, lays.medeiros@arapiraca.ufal.br;

² Especialista em Gestão Pública, pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL, ana.silva@arapiraca.ufal.br.



no qual adota-se um modelo de universidade econômica, pautada na flexibilização curricular, através do REUNI, este estudo também destaca a contribuição da IES, através de sua interiorização, para o desenvolvimento regional, contribuindo para transformação na configuração territorial e sua desconcentração.

O presente estudo possui como objetivo geral analisar os fatores determinantes para expansão da Universidade Federal de Alagoas para a região do agreste alagoano. Apresenta como objetivos específicos: Analisar indicadores da educação no agreste de Alagoas nos anos precedentes à interiorização; discutir o plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais enquanto um determinante para expansão da UFAL para o interior do estado de Alagoas e descrever os impactos da interiorização da Ufal no agreste de Alagoas para o ensino superior.

O trabalho está estruturado de forma a expor um breve resgate histórico da política de educação no estado de Alagoas, bem como dos indicadores referentes à educação no município de Arapiraca e cidades circunvizinhas, nos anos precedentes à interiorização da universidade.

O estudo descreve indicadores do agreste alagoano, visando estabelecer as características regionais, socioeconômicas e políticas que tornaram viáveis a alocação do novo Campus na capital do agreste. Discorre ainda acerca do plano de Reestruturação de Expansão da Universidades – REUNI, suas exigências e desdobramentos para a expansão da Universidade Federal de Alagoas para fora de seus muros.

Além disso, aborda o projeto de interiorização da Universidade Federal de Alagoas para se fazer conhecer sobre os processos internos no planejamento, construção e efetivação do Campus Arapiraca e seus polos Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa.

Para encerramento o estudo examina o discurso do plano REUNI para o projeto de interiorização da Universidade Federal de Alagoas, sem deixar de ponderar a importância deste projeto para o desenvolvimento regional do interior do estado de Alagoas, levando em consideração todo o aporte intelectual, social, econômico e cultural que uma Universidade proporciona ao espaço em que ocupa.

METODOLOGIA

A estratégia metodológica utilizada neste estudo é pautada no método de análise crítico-dialética, entendendo que neste método as relações de produção e reprodução social no capitalismo possuem múltiplas e contraditórias determinações, situadas na realidade social, sob a ótica do movimento do objeto de estudo na totalidade concreta.



As técnicas de pesquisa a serem adotadas para coleta de dados serão qualitativas e quantitativas, empregando pesquisa bibliográfica (fonte secundária) a fim de adentrar ao conhecimento sobre o projeto neodesenvolvimentista e socio-liberal que orientou a concepção de interiorização das universidades através do plano de Restruturação e Expansão das Universidades – REUNI, sobre território e desenvolvimento regional.

A pesquisa documental (fonte primária), também será instrumento de metodologia, através da avaliação de arquivos públicos, documentos oficiais e fontes estatísticas acerca de dados demográficos, indicadores sociais e econômicos, objetivando levantar dados que permearam o projeto de implantação do Campus Arapiraca.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estado de Alagoas sempre foi marcado por seus altos índices de analfabetismo e concentração de riquezas, para entendermos as causas desses fatos deve-se refletir a história de Alagoas desde seus primórdios, bem como ponderar sobre o projeto hegemônico que culminou em sua emancipação política, projeto este resultante da exploração das riquezas do Brasil em sua colonização. Sobre tal projeto Santos (2018) fala

diferente do processo de colonização e povoamento espanhol, esteve apenas a serviço do projeto colonial de exploração focado tão somente no comércio por meio da plantação de cana e extração do pau-brasil, sem preocupações específicas com a educação formal dos habitantes das capitanias. No nordeste, de forma específica, a cultura da cana-de-açúcar será, ao mesmo tempo, materialização e símbolo de tal projeto de exploração colonial. (p. 31)

A partir da divisão de terras em capitanias hereditárias, a colonização Portuguesa em terras alagoanas culminou num projeto econômico no qual se objetivava o plantio da cana de açúcar (matéria prima em alta no continente Europeu), através da criação de engenhos. Vê-se que era estratégico para o projeto de colonização Portuguesa, dada a localização e condições climáticas do território que viria a ser o estado de Alagoas, para comercialização do Pau-Brasil e da cana de açúcar.

A divisão do território brasileiro em capitanias hereditárias, dentre outros fins, visava intensificar o projeto colonial de exploração do Brasil por meio de uma organização de povoamento que viabilizaria não somente o comércio do Pau-Brasil, mas também o cultivo da cana para exploração do açúcar cujo preço estava em constante aumento no mercado europeu do séc. XVI. (SANTOS, 2018, p.32)



Diante desse projeto hegemônico Português que visava tão somente exploração de matérias primas para atividades econômicas, a educação formal não foi nem de longe uma prioridade do projeto de colonização da região. Sobre isto, SANTOS (2018, p. 32) discorre:

Há, pois, na passagem do século XVI para o século XVII, um projeto econômico arrojado para Alagoas. Esse projeto foi embasado nas condições climáticas da região, bem como em sua abundância de rios, possibilitando a solidificação e o monopólio da cultura da cana-de-açúcar no estado de Alagoas até os tempos hodiernos. A economia que iria monopolizar o comércio e lançar as bases da organização social do estado de Alagoas foi pautada, desde suas origens, no latifúndio e no trabalho escravo, colocando em movimento a relação de dominadores e de dominados, isto é, a relação existente entre o senhor de engenho e o escravo; o patrão e o empregado; o usineiro e o cortador de cana, em fim, a casa grande e senzala.

Dadas as raízes que elucidaram sua criação em 1817, a capitania de Alagoas, após 18 anos, ainda apresentava índices alarmantes quanto à educação formal, sendo a deficiência de instrução pública a maior demanda a ser assistida pelo governo, porém negligenciada. Desde seu surgimento, o estado apresentava sua “cultura da displicência do governo com os bens públicos, como saúde e educação, fundamentada no ciclo vicioso do analfabetismo.” (SANTOS, 2018, p. 34)

Apenas em 1902, surge a primeira instituição com viés de ensino superior no estado, denominada como Seminário Diocesano Nossa Senhora da Assunção, em Penedo, o qual ofertava os cursos de teologia e filosofia e, embora com viés elitista e eclesiástico, apresentava à sociedade alagoana as bases para formação superior e conseqüente mão de obra para ocupar cargos no funcionalismo e política. Verçosa (1997, p. 25) afirma que “é pois, pelas mãos da Igreja Católica que nasce nas Alagoas a educação superior, e com características bem definidas – preparatória para a vida religiosa sob o patrocínio intelectual da escolástica de Santo Tomás de Aquino.”

Já em 1916, surge a academia de Ciências Comerciais sendo, segundo VERÇOSA (1997, p. 29)

a primeira instituição educacional de ensino superior encarregada de um saber laico, teoricamente dedicada a conhecimentos de natureza científica a ser implantada em Alagoas. Voltada para um setor bem específico do ramo terciário da economia, como que para consolidar o conjunto de atividades que foi a própria razão do surgimento da cidade de Maceió – o comércio.

Mesmo servindo a uma parte da elite alagoana, estas instituições de ensino ainda não atendiam às demandas de toda classe fidalga do estado, dadas suas limitações acadêmicas, isto

é, não possuíam o caráter científico que a sociedade aristocrática alagoana requeria. Dessa forma,

urgia buscar a criação de uma verdadeira academia, conformada segundo os cânones das grandes e prestigiosas profissões, mas acessíveis apenas a um reduzidíssimo número de jovens cujos pais podiam arcar com as despesas para enviá-los a estudar em Recife ou, ainda mais longe, em Salvador, no Rio de Janeiro ou até em São Paulo. (VERÇOSA, 1997, p. 32)

Após algumas iniciativas frustradas para “a criação de uma academia para formar verdadeiros bacharéis” (VERÇOSA, 1997), em 02 de abril de 1924 é inaugurada a Escola de Agronomia de Alagoas, no palacete da Perseverança, com a finalidade de viabilizar a formação de engenheiros agrônomos, no entanto, não obteve êxito em sua continuidade. O tradicional cultivo da cana-de-açúcar que “continuava tendo predominância a cultura extensiva assentada sobre a máxima exploração de mão-de-obra quase gratuita de moradores e lavradores agregados” (VERÇOSA, 1997, p. 37) traduzia o esgotamento no interesse quanto ao diploma neste campo do saber, que demandava a “incorporação de novos conhecimentos e de novas técnicas [...] e recursos para investir, fatores escassos, para não dizer inexistentes, em Alagoas naquele momento.” (VERÇOSA, 1997, p. 38).

Desta feita, apenas à altura da década de 30 é instituída a Faculdade de Direito de Alagoas, através do decreto nº 1.745, de 25 de fevereiro de 1933, como resultado da iniciativa e esforços pretéritos de Agostinho de Oliveira³ junto a mestres do Liceu Alagoano e da aristocracia rural que fundaram a então Faculdade Livre de Direito de Alagoas, que posteriormente ganhou apoio e incentivo financeiro público, sendo reconhecida oficialmente como a supramencionada Faculdade de Direito de Alagoas e alicerçando as estruturas para criação, em 1961, da Universidade Federal de Alagoas, junto às futuras faculdades de Medicina, Filosofia, Economia, Engenharia e Odontologia.

Assim sendo, é possível observar o quanto as raízes do projeto colonial alagoano, com sua economia regulada na cultura de produção da cana-de-açúcar, sem considerar em construir uma cultura de educação formal com acesso a toda população, trouxe danos calamitosos à história do desenvolvimento educacional, sociocultural e econômico do estado, onde a concentração de renda e do saber prevalecem até os dias atuais. É imperativo destacar o avanço que a criação de uma instituição de ensino superior pública trouxe ao estado de Alagoas, mesmo

³ Agostinho Benedito de Oliveira – sargento-músico da Polícia Militar, posteriormente veio a ser amanuense do Liceu Alagoano – figura atuante na busca da ascensão social através da educação. Foi o idealista da abertura de uma Academia de Direito em Alagoas.



que num processo moroso e atendendo, a princípio, apenas a uma pequena parcela da população alagoana.

Para realizar uma análise do contexto educacional no município de Arapiraca, faz-se necessário apresentar alguns indicadores sociais dos anos precedentes à implantação do Campus Arapiraca. Segundo o Anuário Estatístico de Alagoas de 2005, o índice de analfabetismo da população da mesorregião do agreste alagoano era de 54,81%, sendo a do município de Arapiraca, de 39,93%. Percebe-se, portanto, que os índices alarmantes da educação formal básica em Alagoas perpassam até a atualidade.

O Anuário Estatístico de Alagoas mostra que em 2005 a mesorregião do agreste, incluindo o município de Arapiraca, possuía 25.247 alunos matriculados no ensino médio, em detrimento ao total de 130.332 alunos matriculados em Alagoas, o que corresponde a 19,37% dos futuros egressos do 2º grau, demandantes de uma instituição de ensino superior pública e de qualidade.

O ponto crucial dessa análise é que, sem a oferta de uma Universidade Federal que atenda à região agreste do estado, uma grande parcela de alunos concluintes do segundo grau, em sua maioria de rede estadual de ensino, apresente grandes dificuldades de condições socioeconômicas necessárias para se manter na capital do estado e acessar e concluir o ensino superior público na única universidade federal. Percebemos, portanto, que havia uma demanda reprimida quanto a presença da Universidade Federal no interior do estado de Alagoas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A região agreste alagoana é formada por 19 municípios, quais são: Arapiraca, Campo Alegre, Campo Grande, Craíbas, Coité do Nóia, Estrela de Alagoas, Feira Grande, Girau do Ponciano, Igaci, Junqueiro, Lagoa da Canoa, Limoeiro de Anadia, Olho D'Água Grande, Palmeira dos Índios, São Sebastião, Taquarana, Traipu, Teotônio Vilela, e Tanque D'arca. O referido território possui extensão de 5.271 km² e localiza-se numa área de transição entre o sertão e zona da mata alagoana, compreendendo a parte central do estado.

Em 2005, ano de referência para nossa análise, a população da mesorregião do agreste contava com 608.885 indivíduos, sendo estes 320.062 da zona urbana e 288.823 da zona rural, compreendendo 52,56% de população urbana e 47,44% rural na referida região, enquanto o estado registrava 68,73% de população urbana e 31,27% de população rural.

No que se refere aos indicadores da educação na mesorregião agreste de Alagoas, o Anuário Estatístico registrava que, no ano 2000, 54,48% da população residente era não alfabetizada, em detrimento de 45,52% alfabetizada. Ainda sobre os dados estatísticos de educação no agreste alagoano, em 2005, haviam 154.497 alunos matriculados no ensino fundamental e 25.247 alunos matriculados no ensino médio, enquanto o ensino profissional técnico contava com 279 alunos matriculados. Já na Educação de Jovens e Adultos (EJA) haviam 26.109 matrículas de alunos, enquanto a educação especial computava 30 alunos matriculados.

Para atender ao número de alunos egressos da rede básica de ensino, a região agreste contava com as instituições de ensino superior descritas na tabela abaixo:

	Nome da Instituição	Sigla IES	Categoria Administrativa	Sistema de Ensino	Cidade
01	Centro de Ensino Superior Arcanjo Mikael de Arapiraca	CESAMA	Privada	Federal	Arapiraca
02	Faculdade de Ciências Jurídicas de Alagoas	FCJAL	Privada	Estadual	Penedo
03	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Penedo	FCSAP	Privada	Estadual	Penedo
04	Faculdade de Formação de Professores de Penedo	FFPP	Privada	Estadual	Penedo
05	Faculdade São Tomás de Aquino	Facesta	Privada	Estadual	Palmeira dos Índios
06	Instituto de Ensino Superior Santa Cecília	Iesc	Privada	Federal	Arapiraca
07	Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Jurídicas e Sociais do Estado de Alagoas	FAJEAL	Privada	Estadual	Arapiraca
08	Faculdade de Formação de Professores de Arapiraca	FFPA	Estadual	Estadual	Arapiraca
09	Escola Superior de Ciências Humanas e Econômicas	Funesa-Espi	Estadual	Estadual	Palmeira dos Índios

Fonte: INEP

O agreste alagoano possui sua economia baseada em minifúndios de Agricultura Familiar, Pecuária, Indústria de Transformação, Comércio, Reparação de Veículos Automotores, Objetos Pessoais e Domésticos, Atividades Imobiliárias, entre Outros Serviços



Coletivos, Sociais e Pessoais. Segundo consta no Anuário Estatístico de Alagoas, os produtos agrícolas que se destacaram na produção de 2005 foram: batata doce (8.815 t), feijão (18.000 t), fumo (12.946 t), mandioca (196.015 t) e milho (19.133 t), também produção de cana-de-açúcar (697.033 t). No tocante ao setor da pecuária, o efetivo de rebanho com maior número de unidades no agreste alagoano foram: Bovinos (318.699), Caprinos (21.860), Codornas (35.950), Galinhas (909.344), Galos/Frango/Pintos (1.105.795), Suínos (40.797) e Vacas Ordenhadas (66.190), segundo consta no referido Anuário.

Cabe aqui relacionar as vocações econômicas da região e suas potencialidades com os cursos a serem ofertados no Campus interiorizado como, por exemplo, o curso de Agronomia e Zootecnia, Arquitetura e Urbanismo, Administração, Administração Pública, assim como Licenciaturas em Matemática, Letras, Física, Química e Letras, suprimindo a demanda de qualificação de professores para o ensino médio.

Percebe-se, nesta análise, que a supracitada região possui um potencial de grande desenvolvimento econômico e social, dada sua localização central no estado, onde a facilidade de logística para as demais regiões do estado é bem definida. Nota-se ainda a oportunidade para alocação e desenvolvimento de indústrias de médio e grande porte, visto a predominância de atividades rurais. Via-se ainda, uma forte demanda quanto à oferta de uma Universidade Federal que inclua o contingente de alunos egressos do ensino básico, os quais são, em sua maioria, oriundos de famílias com baixo poder aquisitivo, que retiram seu sustento da agricultura de subsídio familiar.

Desta feita, surge o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI que foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e preconizava em seus objetivos principais ampliar o acesso e a permanência na educação superior, através de ações de fomento ao desenvolvimento físico, acadêmico e pedagógico do ensino superior público.

O referido programa elencava alguns critérios para que as universidades fossem contempladas, uma delas era que o recurso destinado deveria ser empregado para expansão/interiorização das instituições de ensino superior, assim como a flexibilização curricular de modo que possibilitasse “melhor aproveitamento da estrutura física e recursos humanos existentes nas universidades federais” (DECRETO Nº 6.096, 2007)

Desse modo, a Universidade Federal de Alagoas viu uma oportunidade de adesão ao REUNI para concretizar a expansão da instituição para o interior e ainda materializar sua reestruturação administrativa e pedagógica, iniciada em 2005. Vale salientar a resistência de grande parte dos docentes quanto à adesão ao REUNI, uma vez que o intuito do mesmo era

expandir territorialmente, assim como aumentar o número de matriculados, sem a devida atenção à qualidade dos serviços prestados, considerando a precariedade na formação das primeiras turmas ofertadas, onde não se possuía estrutura física adequada para ministração de aulas, oferta de laboratórios equipados, recursos humanos ainda insuficiente.

A Universidade Federal de Alagoas já vinha apresentando demandas quanto a sua estrutura física e de quadro de professores e técnicos administrativos no campus A. C Simões, mas uma das exigências do Programa seria o investimento apenas nas ações de expansão. Ainda que de forma precária, era imperativa a importância da interiorização da UFAL. Sobre isto, Santos (2018, p. 38) afirma:

Nas reuniões realizadas com os cursos, centros e unidades no campus sede, A.C. Simões, os professores que se colocaram contra a interiorização argumentavam justamente nesse sentido da precarização existente na estrutura física da UFAL em Maceió e da própria necessidade de realização de concurso público para preencher os quadros docentes marcados pela necessidade de mais contratações. Contudo, a verba chegada na UFAL, via Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), só poderia ser utilizada com fato novo, isto é, expansão/interiorização.

Não obstante, mesmo com críticas ao processo de implantação com deficiências e precariedades no que diz respeito à estruturação física e de recursos humanos, a adesão da UFAL ao REUNI foi imprescindível para sua interiorização, considerando os dados elencados nos tópicos anteriores quanto a demandas de atendimento de uma IES para uma localidade, “a presença da UFAL no agreste do estado se mostrava como um avanço significativo para o fortalecimento da cultura letrada e para o melhoramento dos índices socioeconômicos de Alagoas.”(SANTOS, p. 38).

Consta no projeto REUNI da Universidade Federal de Alagoas algumas prioridades, tais como: criar novos cursos de graduação e pós-graduação vinculando-os, quando possível, ao desenvolvimento estadual; implantar novas turmas nos cursos já existentes, particularmente no período noturno, visando ampliar a política de inclusão; oportunizar com maior intensidade a inclusão social por meio da ampliação do Campus Arapiraca e da implantação do Campus Delmiro Gouveia; consolidar e expandir os programas de extensão, articulando-os às demandas sociais; ampliar o quadro de docentes e técnicos-administrativos; ampliar a assistência estudantil: número de bolsas, número de comensais e de residentes, assistência médico-odontológica; criar núcleos de assistência pedagógica e psicológica; ampliar a infraestrutura física da Universidade, entre outros.

A Universidade Federal de Alagoas constitui-se como a maior instituição de ensino superior do estado de Alagoas, no entanto, durante 45 anos esteve concentrada na capital alagoana, fato este que dificultava a efetivação de seu papel social de agente de

desenvolvimento no estado. Como foi elencado anteriormente, os indicadores sociais e econômicos de Alagoas apresentavam desafios para desconcentração geográfica da universidade para que ela pudesse estabelecer, portanto, condições mais promissoras de desenvolvimento do território onde iria ocupar espaço.

Partindo da análise de conjuntura da mesorregião agreste de Alagoas, tem-se os indicadores econômicos e político-sociais que confirmavam as condições necessárias para o estabelecimento da interiorização da UFAL em Arapiraca, dada sua força econômica e se tratar do maior município do interior do estado, dentre outras demandas já destacadas anteriormente, como a restrição do acesso ao ensino superior de uma parcela significativa de estudantes interioranos e em situação econômica vulnerável.

O projeto de interiorização da Universidade define como seu objetivo principal:

Atender a forte demanda aí caracterizada – representada por elevado número de estudantes egressos do ensino médio, pobres e com baixa ou mesmo nula capacidade de deslocamento ou transferência para Maceió -, ao mesmo tempo em que reafirma o papel da UFAL enquanto importante instrumento de desenvolvimento estadual e regional. (UFAL, 2005, p. 06)

O documento registra ainda a consideração das especificidades naturais inerentes às sub-regiões a serem contempladas com a presença da IES, suas vocações econômicas tradicionais, problemáticas sociais, bem como o incentivo a atividades recentes. Fatores estes, como mencionado anteriormente, indispensáveis para decisão dos cursos a serem ofertados nos Campus fora de sede.

Quanto à demanda potencial por ensino superior, as 11 Coordenadorias Regionais de Ensino do interior somavam 68,5% dos alunos matriculados no ensino médio do estado. A 1ª CRE (correspondente a Maceió) a maior em número de matriculados, a 5ª CRE (correspondente ao Agreste) a segunda maior em número de alunos matriculados, com 27.883 matrículas, seguida pela 2ª CRE e 3ª CRE (correspondente a São Miguel dos Campos e Palmeira dos Índios, respectivamente), com 19.514 e 18.017 alunos matriculados no ensino médio, respectivamente.

No que se refere à carência de formação universitária ou formação adequada dos professores das redes municipais e estaduais, o documento discorre que a Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEE/AL) estimava a “demanda imediata de 2.137 licenciaturas plenas em Biologia, Física, Química, Matemática e outras para professores que atuam no ensino médio de sua rede.” (UFAL, 2005, p. 10), considerando que, à época, a instituição pública de ensino superior atuante não compreendia toda esta demanda.



Postas as análises acima, o Campus Arapiraca foi criado em de 01 de agosto de 2005, através da Resolução Nº 20/2005, do Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas.

Situado no Agreste alagoano, este Campus terá sua sede na cidade de mesmo nome, de onde exercerá sua influência imediata sobre toda porção central do estado de Alagoas, assim como o Baixo São Francisco e seu Delta, no litoral sul do estado. São 37 municípios diretamente envolvidos, contando com uma população de mais de 880.131 habitantes. (UFAL, 2005, p. 12)

Assim sendo, o Campus Arapiraca, junto aos polos de Palmeira dos Índios e Penedo, iniciou seu pleno funcionamento em 16 de setembro de 2006, ofertando 17 cursos de graduação, quais foram: Administração, Agronomia, Arquitetura, Biologia licenciatura, Ciências da Computação, Educação Física, Enfermagem, Engenharia de Pesca, Física licenciatura, Matemática licenciatura, Medicina Veterinária, Psicologia, Química licenciatura, Serviço Social, Turismo e Zootecnia.

Isto posto, através da observação dos aspectos analisados, podemos discernir que:

é a função aglutinadora exercida pelas IES: como examinado anteriormente, elas detêm capacidades efetivas ou potenciais para integrar, simultânea e coerentemente, variados interesses e recursos de diferentes atores em distintas escalas espaciais e esferas de atuação.⁸ É por meio dessa pluralidade de interações combinadas que as IES geram múltiplos transbordamentos para a região, que colocam em curso transformações estruturais em termos econômicos e sociais, dando sustentação a um ciclo prolongado e acumulativo de desenvolvimento. (DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL: políticas estratégias e perspectivas, 2017, p. 285)

Portanto, levando em consideração a perspectiva territorial, é inegável os impactos positivos que a presença da universidade trouxe para o desenvolvimento regional do Agreste alagoano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O texto abordou as características regionais da região Agrestina do estado de Alagoas, buscando examinar os atributos como região central do estado, fato que facilita a logística para as regiões do Sertão e Zona da Mata/Litoral, assim como seu contexto socioeconômico por se tratar de uma potência econômica em razão de sua policultura de alimentos por pequenos produtores, onde está localizada a cidade com a melhor distribuição de renda do estado, Arapiraca, assim como sua rica atividade do Comércio e Serviços e oportuna atividade industrial. Os indicadores demográficos e socioeconômicos que justificavam a necessidade da presença de mais uma Instituição de Ensino Superior pública e de qualidade no Agreste



alagoano foram determinantes quanto à idealização da expansão da Universidade Federal de Alagoas para o interior do estado.

Esta investigação demonstrou ainda que o projeto de Reestruturação e Expansão das Universidades (REUNI) tornou possível a efetivação da interiorização da UFAL através de orçamento direcionado a este fim, ainda que com critérios e exigências aos quais a universidade deveria adequar-se em novas configurações para os cursos interiorizados, os quais foram ajustados à necessidade de adoção de um projeto acadêmico-administrativo pautado na flexibilização curricular, parcimonioso em recursos humanos e materiais.

Portanto, mesmo pautado num projeto de governo que se pretendia atender às determinações externas, preocupando-se com entrega de números em detrimento de qualidade, no qual adota-se um modelo de universidade econômica, pautada na flexibilização curricular, através do REUNI, a UFAL trouxe em sua interiorização, um cenário propício ao desenvolvimento regional da mesorregião do agreste alagoano, contribuindo para transformação na configuração territorial e sua desconcentração.

Assim sendo, é imprescindível a tarefa de destacar a importância que este projeto desempenhou no processo de interiorização da Universidade Federal de Alagoas para cumprir o seu papel de agente de desenvolvimento regional do interior do estado de Alagoas, levando em consideração todo o aporte intelectual, social, econômico e cultural que a Universidade traz ao espaço em que ocupa, aqui destacado: o Agreste alagoano.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Anuário Estatístico do Estado de Alagoas: ano 2006. Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico, 2007. Disponível em: http://informacao.seplande.al.gov.br/sites/default/files/anuario_2013-27-06-2014.pdf. Acesso em: 23 maio de 2021.

BRASIL. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007a. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília, 24 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 20 de maio de 2021.

DOS SANTOS, Lavoisier Almeida. A UFAL E SUA TARDIA EXPANSÃO PARA O AGRESTE ALAGOANO: NOTAS SOBRE O SEU PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO. *Humanidades & Inovação*, v. 5, n. 9, p. 30-45, 2018.

FIRMINO, Maria Mônica Firmino. A expansão da Universidade Federal de Alagoas / UFAL no desenvolvimento nordestino: o Campus do Sertão no desenvolvimento do Município de Delmiro Gouveia e Região. 2018. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em



Geografia) - Unidade Delmiro Gouveia, Curso Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Delmiro Gouveia, 2018.

LAKATOS, Eva Maia; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos da metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LEITE, Josimeire Omena. As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva. Maceió: EDUFAL, 2017.

MONTEIRO NETO, Aristides Organizador; CASTRO, César Nunes de Organizador; BRANDÃO, Carlos Antônio Organizador. Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. cap. 9, 2017.

UFAL. Plano de Desenvolvimento institucional (2006-2008). Maceió, 2006.

UFAL. Projeto de Interiorização da Universidade Federal de Alagoas: uma expansão necessária. Maceió, 2005.

UFAL. PROJETO REUNI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (2008-2012). Maceió, 2007.

VERÇOSA, Elcio de Gusmão. História do Ensino Superior em Alagoas: verso e reverso. Maceió: EDUFAL, 1997.